

Miguel Monteiro**

O Museu da Emigração e os “Brasileiros” do Rio: o público e o privado na construção de modernidade em Portugal*

R E S U M O

Este artigo apresenta o percurso de um emigrante de Fafe no Rio de Janeiro, como pretexto para apresentação do Museu de Emigração, Comunidades e Luso-Descendentes, criado em Fafe.



Comendador Albino de Oliveira Guimarães e Família
Foto cedida por Luiza Campos de Carvalho

O Comendador Albino de Oliveira Guimarães: Uma personagem influente na Comunidade Portuguesa do Rio e um construtor da modernidade na cidade de Fafe

Introdução

A comunicação que apresentámos no I Encontro Luso-Brasileiro de Museus-Casas, realizado no Rio de Janeiro e por iniciativa da Fundação casa Rui Barbosa, baseou-se em três aspectos fundamentais: a figura de um emigrante natural de Fafe na cidade do Rio de Janeiro e que foi

* I Encontro de Luso-Brasileiro de Museus-Casas, 14-19, Agosto, 2006, Rio de Janeiro

** Coordenador do Museu da Emigração: comunidades e luso-descendentes - geral@museu-emigrantes.org

proprietário da Casa que hoje é o Museu Casa Rui Barbosa; o seu papel de líder na comunidade de fafenses naquela cidade e por fim o museu da emigração e das comunidades como instrumento de pesquisa e divulgação do fenómeno da emigração e retorno na economia, sociedade e cultura portuguesas.

Sabemos que cerca de quinze mil pessoas terão embarcado para o Rio de Janeiro em 1808 acompanhando o Príncipe D. João VI. A corte instala-se no Rio de Janeiro e como seria de esperar, as elites políticas, administrativas e militares seguem na sua companhia.

O número, além de ser elevado, inscreve-se num âmbito que a emigração não inclui nos seus estudos. É um fenómeno particular de tipo colectivo e circunstancial. Terão ido famílias inteiras: pais, mães e filhos. Julga-se que terá sido uma saída repentina, mal planeada e caótica. Porém, não teriam lugar além daqueles a criadagem e serviçais para todo o tipo de funções?

Se sabemos quantos saíram, seguir os rastros é tarefa aliciante, mas complexa. Porém, quantos deles vieram para Portugal?

Temos o caso do Comendador Albino de Oliveira Guimarães a casar no Rio com a filha da brasileira Castorina Alves Pereira e do português António Mendes de Oliveira Castro. Castorina era, por sua vez, filha de outro português natural de Rio Maior, Bento Álvares Pereira e que teria acompanhado D. João VI.

De facto, as trajectórias de retorno de emigrantes na segunda metade do século XIX não deixarão de estar inscritas num fenómeno de regresso de capitais, conhecimento e modelos económicos, sociais, culturais, industriais e ideológicos com apropriação em contexto brasileiro, dos que saíram nas primeiras décadas do século XIX.

O Comendador Albino de Oliveira Guimarães foi uma das personagens mais influentes na comunidade portuguesa do Rio e, em tempo de retorno, um construtor da modernidade na cidade de Fafe. Esta personagem, o estudo e a divulgação do papel dos emigrantes de retorno do Brasil na história e cultura portuguesa constituíram um dos motivos para a criação do Museu da Emigração.

1. UM BRASILEIRO

1.1. A origem

Albino de Oliveira nasceu no dia 4 de Setembro de 1833, na freguesia de Golães, Concelho de Fafe, Distrito de Braga, filho de José António Oliveira (+1849) e de Maria Joaquina Silva Castro (+1875), natural de Santa Cristina de Arões, Fafe, onde residiam e tinham o estatuto de proprietários.

A freguesia de Golães integrou, até 1853, o Termo de Guimarães e, com a reforma administrativa liberal, passou a fazer parte do território administrativo do novo concelho de Fafe, tendo este, até àquele período, a designação de Montelongo.

O passado deste município constitui a matriz cultural e simbólica dos emigrantes de Fafe, em cuja território e paisagem se inscrevem formas particulares de povoamento e arquitectura, umas enquadradas na montanha e outras inseridas em territórios de vale, configurando quadros sociais particulares.

Por outro lado, as actividades económicas e sociais locais, sendo genericamente semelhantes à esta região do Norte de Portugal, mostram, neste Minho Interior, o seu de carácter particular. Aqui se instituíram expressões etnográficas próprias, as quais deram sentido às memórias e justificam as ligações à pátria e ao retorno.

Albino emigrou, para o Rio de Janeiro, em 1847, com 14 anos de idade, onde acrescentou ao seu nome o apelido de Guimarães, regressando definitivamente a Fafe, por volta de 1890, vindo a falecer em 6 de Março de 1908, com 74 de idade.

Este jovem, bem sucedido, é um dos 7065 emigrantes que saíram directamente de Fafe para o Brasil, entre 1834 e 1926. Destes, cerca de 30% tinham menos de 14 anos e 60% deles emigravam alfabetizados. Este número de alfabetizados torna-se significativo, dado que, para a população local e nacional, se calcula, para o mesmo período, em 80% a percentagem dos analfabetos. Eram do sexo masculino 90% deles e, maioritariamente, eram filhos de proprietários e agricultores rurais, "jornaleiros", comerciantes e negociantes, constituindo, na época, a classe média e média alta local.

1.2. Viagem para o Brasil

A emigração para o Brasil, na primeira metade do século XIX, fazia-se em barco à vela e desenha-se numa cultura de sentidos explicitado pelos objectos usados. Por outro lado, face aos custos da viagem estava limitada aos que podiam suportar o seu financiamento, cujo valor global era aproximadamente de 33\$415 réis, tendo este sido o custo da viagem realizada em 1783, por João Pereira.

Tomando por comparação as despesas de viagem que foram feitas na cidade do Porto, com João Pereira, filho de Inácio Pereira, por seu compadre Domingos Lopes, no embarque para o Rio de Janeiro, no Navio Madre de Deus que saiu no dia 13 de Maio de 1783, constituiriam despesas de viagem, as seguintes: para o Contra Mestre, 24\$000; uma caixa de madeira e fechadura, \$870; vir com tudo, 3\$220; dois queijos, \$655; colmo \$85 e sabão \$35, tudo \$120; serapilheira para o enxergão, \$250; uma manta, 1\$260; com barcos que conduziriam a caixa ao navio e ir lá algumas vezes, \$850; dinheiro dado ao João, para gastos, \$600; três regueifas (pão de trigo), \$210; duas macetas de marmelada, \$280; meio cento de laranjas, \$400; dois frascos, \$180; vinho e aguardente para os encher, 395; seis lancetas de marmelada, \$310; com o galego para ir buscar a caixa e levá-la ao barco, \$080; com despesas da caixa na Alfandega, \$180. Totalizam as despesas, 33\$590 réis, sendo acrescidos à conta \$175 réis de despesas, totalizando 33\$415 réis. (Doc. arquivo privado - museu)¹

¹ Conforme documento de arquivo privado, Fafe, com cópia no arquivo do Museu da Emigração

Para se entender a dimensão relativa desta importância, apresentamos como referência a “jorna” ou jeira” salário diário de um trabalhador rural no valor de \$160 réis, sendo necessários cerca de 208 dias de trabalho para financiar a viagem para o Brasil.

Assim, se hoje o mesmo trabalho diário corresponder, no mesmo contexto, a cerca de 40 Euros, o custo da viagem rondaria os 8320 euros.

Face às despesas da viagem, estamos perante um impedimento da emigração generalizada, o que explica a emigração clandestina e a selectividade da emigração aos que tinham capital disponível ou a possibilidade de recorrer ao crédito.

Ao mesmo tempo, o capital social de que estes proprietários rurais dispunham em Portugal, constituía-se como bastante para legitimar o cumprimento de obrigações implicitamente estabelecidas e inscreviam-se em valores próprios de origem: seriedade, honra e palavra e davam sentido à forma como eram acolhidos e bem recebidos no Brasil.

Estes valores eram inscritos em referências de legitimação social e familiar, tais como, o compadrio e o apadrinhamento, reforçados nos laços de parentesco, ainda que afastado, explicando-se, deste modo, muitos dos casamentos entre “primos”.

Segundo o relato autobiográfico de Leite Lage, a viagem do Porto para o Rio de Janeiro, em 1827, demorou cerca de 59 dias, incluindo os percalços decorrentes dos ataques dos corsários.

Quase todos, à chegada ao Rio de Janeiro ou a outros portos brasileiros, eram acolhidos por um parente ou vizinho instalado no Brasil, que promovia a sua integração nas actividades comerciais de destino, principalmente como caixeiros, para quem levavam uma “carta de recomendação”, como nos relata a referida autobiografia.

1.3. Vivências no Rio

Chegado ao Brasil, Albino, com catorze anos incompletos, como a grande maioria dos emigrantes da época, vai trabalhar como caixeiro na casa comercial de António Mendes Oliveira Castro, também natural de Fafe, que se dedicava ao ramos de ferragens, drogarias e materiais de construção civil e para quem levava carta de recomendação, vindo a ser o seu braço direito e seu futuro genro.

Em 1858, Albino Oliveira com 25 anos de idade, casa com Luiza Mendes de Oliveira Castro, filha do patrão, António Mendes de Oliveira Castro, que se encontrava já gravemente doente, com “doença de época”, vindo a falecer, em 1859, com 48 anos de idade.

António Mendes de Oliveira Castro, nasceu em Fafe em 1811 e emigrou muito jovem para a cidade do Rio de Janeiro. Aí casou com a brasileira Castorina Angélica de Jesus Alves Pereira, descendente de outro português ido de Rio Maior, sendo este um dos quinze mil da comitiva de D. João VI, que chegou à nova capital do Reino em 1808.

A família Mendes de Oliveira e Castro era uma das mais prestigiadas do Rio, especialmente pelo figura de Castorina Pereira, mas também pela vida empresarial e social do seu filho José Mendes de Oliveira Castro 1.º Barão de Oliveira Castro, e do seu neto, 2.º Barão de Oliveira Castro.

Os Mendes de Oliveira Castro, Joaquim e Luís, seus cunhados, residentes do Rio, constituiriam também figuras de referência financeira do Rio Janeiro, dado que mandam desta cidade

um Mausoléu para sepultura da mãe que se destaca no cemitério de Fafe, onde são evidentes os símbolos da Maçonaria.

Uma das expressões que marca, ainda hoje, a cidade do Rio de Janeiro, é a referência à estrada denominada de Dona Castorina, sogra do Comendador Albino de Oliveira Guimarães, reflectindo, assim, os ecos do prestígio pessoal e familiar, naquela cidade.



A morte do sogro de Albino Guimarães foi determinante na sua trajectória, dado que este passou a gerir os negócios da família, com 26 anos, ao lado da sogra, promovendo-o a uma das mais relevantes figuras da comunidade de fafenses no Rio de Janeiro, integrando a comissão de doadores beneméritos reunida para construir o Hospital em Fafe.

Estas estratégias matrimoniais de inserção no Brasil configuravam lógicas tradicionais de credibilidade e protecção definidas por cumplicidades ancestrais de parentesco e vizinhanças, caracterizadores do contexto económico e social do Minho.

As estratégias matrimoniais, tanto em Portugal como no Brasil, decorriam da existência dos laços familiares e de cumplicidade geo-cultural e, ainda, da conjugação destes factores com a partilha de conhecimentos privilegiados e experiência comercial experimentada na emigração, pelo que, não são raros os casamentos dos caixeiros no Brasil com as filhas dos patrões, ou com filhas de outros capitalistas estabelecidos no Brasil.

Muitos destes caixeiros eram originários da elite rural alfabetizada e que rapidamente se inseriam nas estruturas comerciais e burguesas do Rio.

Casar no Brasil com alguém natural da terra natal ou vir casar a Portugal, era obter certificados de qualidade social e moral.

A prática de escolher a noiva ou noivo no grupo dos naturais inscreve o matrimónio preferencial em lógicas de atribuição positiva aos da mesma origem, constituindo reforço de posicionamento social, tal como nos é descrito na literatura da época, explicando-se, assim, o casamento da brasileira Luiza Mendes de O. Castro com um português natural da terra de seu pai, Albino Oliveira Guimarães.

O quadro de distinção social de origem, o seu nível de riqueza e os serviços prestados à coroa brasileira por D. Castorina, permitiu, segundo informações de família, a proximidade ao imperador, onde eram recebidos em visita, possibilitando o privilégio da presença deste no seu palácio situado na rua São Clemente.



Museu Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro

Em 1879, comprou uma casa que tinha o número 66 na rua de São Clemente, passando a ter n.º 98, a Bernardino Casimiro de Freitas, Barão da Lagoa, passando a ter n.º 98. Hoje é a Casa Rui Barbosa.

O Diário do Rio de Janeiro de 13 de Março de 1870, n.º 71, p. 3, diz que Albino de Oliveira Guimarães e Joaquim Mendes da Costa Franco, também natural de Fafe divulgam que compraram ao sr. Joaquim José Luís de Abreu a parte que ao mesmo senhor pertencia no estabelecimento de FERRO e OUTROS METAIS na rua da Candelária n.º 15, e que continuam com o mesmo negócio debaixo da firma de OLIVEIRA GUIMARÃES & FRANCO (Rio de Janeiro, 12 de Março de 1870 - Albino de Oliveira Guimarães - Joaquim Mendes da Costa Franco.)

1.4. Viver em duas margens - o “torna-viagem”

Em 1861, Albino de Oliveira Guimarães, com 28 anos de idade viajou, em conjunto, desde o Brasil até Fafe, com Francisco José Leite Lage e João Castro Leite, da Casa das Nogueiras, (Cepães-Fafe) e seu ex-patrão, todos de Fafe, destacando-se, em particular, a natureza da viagem a que hoje chamaríamos de turismo cultural.

Segundo o registo autobiográfico de Francisco Leite Lage, o itinerário da viagem incluiu a visita os lugares de maior significado para a construção da identidade histórica nacional: «(...) Hospedamo-nos no Pedro Alexandrino, na rua da Betesgas em frente à Praça da Figueira, demorando-nos para ver Lisboa, Sintra, Mafra, etc, (..), chegando a Alcobaça, às 9 h onde almoçamos e depois de ver o Mosteiro com vagar (...), e depois de vermos a pá de ferro da padeira de Brites de Almeida de Aljubarrota, fomos ver o mosteiro da Batalha, (...), chegando a Coimbra às 5 horas. (...) No dia 8 fomos ver a Universidade, o Observatório, as livrarias, o Penedo-da-Saudade, a Quinta das Lágrimas, onde foi assassinada D. Inês de Castro, o belo Passeio e o Jardim Botânico. (...) voltando para Guimarães ver a cidade e a feira ...»

O registo de passaporte de 8/4/1869 refere que ele tem 35 anos, tem como destino o Rio e que vai em companhia da mulher e quatro filhos: Luiza, Castorina, António e Albino, todos naturais do Rio de Janeiro e, ainda dois criados que leva de Portugal: António de Magalhães de 45 anos e Maria Exposta de 23 anos.

O Comendador ia com frequência a Lisboa, instalando-se em Hotel, onde mantinha relações e proximidade com intelectuais, tais como, Camilo Castelo Branco, como prova a correspondência existente nos arquivos da família, dirigida ao Comendador, a quem o escritor recorria em momentos de dificuldade financeira, demonstrando a sua amizade com escritor e com José Cardoso Vieira de Castro.

Esta amizade do fortaleceu-se aquando a ida do escritor em 1865, ao Rio de Janeiro, onde fora recebido, calorosamente. Esta recepção no Brasil deveu-se ao prestígio que os Vieira de Castro tinham, nomeadamente o pai desembargador, o tio que fora Ministro e de D. Maria, respeitados como elementos da elite nacional.

Tiveram ainda peso na recepção que teve no Rio, às suas ligações com os familiares que aí viviam e o recebem em sua chácara; o seu talento pessoal e à importância da comunidade fafense no Rio de Janeiro.

Em 23 de Junho de 1865, esta comunidade dirige-lhe uma carta pública de recepção, tendo como primeiro subscritor: Albino de Oliveira Guimarães.² Neste contexto evidencia-se a amizade de José Cardoso, com Albino Oliveira Guimarães e Camilo Castelo-Branco, acabando a trocar correspondência sobre o fim trágico do amigo comum, e motivou a pesquisa de Vasco Pulido Valente, publicado com o título “Glória”.

² cf. Gazeta Portuguesa de 25-07-1865, Lisboa

Arabic 1.5. Retorno definitivo e as expressões da vida pública e privada

A Implantação da República no Brasil não será alheia ao fato do Comendador Albino de Oliveira Guimarães regressar definitivamente a Fafe, por volta de 1890, altura em que vende a casa que possuía na rua de São Clemente, Rio de Janeiro, por cem contos de réis, local onde agora se encontra a Fundação Casa de Rui Barbosa.

Chegado a Fafe, instala-se com a família na Casa da Macieira, em Pardelhas, onde o sogro, pai de Luiza Mendes de Oliveira e Castro tinha nascido. Nessa casa ainda são visíveis os vestígios do que fora um edifício residencial agrícola ou Casal Medieval e senhorio de uma grande propriedade agrícola, e símbolo de uma família “terra-tenente” do século XVII e XVIII.

O retorno do Comendador a Portugal e de muitos outros emigrantes do Brasil, na segunda metade do século XIX, teve um impacto muito significativo na História e Cultura portuguesa. A eles se pode atribuir o papel de transformadores de um Portugal rústico e medieval num Portugal urbano e Moderno, nomeadamente na construção de casas nas novas Vilas com sede administrativa liberal, estradas, a sua forte presença nos órgãos de administração pública, na fundação de Bancos e casas comerciais, na proliferação do telégrafo trazendo para Portugal o que o Rio de Janeiro instituíra como indicador de modernidade.

Ao comendador Albino O. Guimarães ficou a dever-se a iniciativas de natureza filantrópica, nomeadamente a construção da Igreja Nova de São José e a sua participação da comissão fundadora do Hospital de São José Fafe que reuniu em 8 de Abril de 1858, no Rio de Janeiro, onde um grupo de fafenses decide construir um Hospital em Fafe, sendo este edifício uma cópia do imóvel da Beneficência Portuguesa do Rio de Janeiro. As festividades do início da obra ocorrem em 1959, sendo a inauguração oficial do Hospital de Fafe em 1863, sendo evidente a presença de símbolos que remete para a relação dos fundadores com a solidariedade Maçom.

Foi grande proprietário rural em Freitas; na Ranha e Pardelhas, Fafe; em Quinchães e, em São Romão de Arões, adquiriu, além das quintas, a casa e Quinta da Arrochela, contando, a nossa informadora privilegiada, antiga criada da casa, dezoito quintas no total.

Na cidade de Fafe construiu, na Avenida da Estação, hoje 5 de Outubro, a sua segunda casa, com data de 1908, onde actualmente está instalada a Repartição local das Finanças, e inscrevendo-se num dos aspectos mais interessantes da Literatura portuguesa sobre a arquitectura da época, sendo as fachadas a expressão maior da exuberância burguesa de retorno, e que deu origem a expressão - Casa do Brasileiro

Em 1907 participa da comissão organizadora das festividades comemorativas da chegada do Caminho-de-ferro a Fafe, composta por «Brasileiros» e ilustres de Fafe, líderes do partido monárquico local, numa altura em que os ventos da República portuguesa já pairavam no ar.

A ele ficou a dever-se o financiamento da construção do Passeio Público de Fafe, cujo contrato foi assinado em 2 de Março de 1890 com Domingues Fernandes e Francisco Pereira, referindo o Contrato que “*tendo o primeiro contratante deliberado fazer à sua conta toda a obra projectada para o jardim ou passeio público do Calvário, segundo a planta (...), bem como o encanamento e canalização da água para o tanque que fica por baixo do escadario da frente (...) pela quantia quatro contos e duzentos mil de Réis*”³

³ Documento de Arquivo de família à guarda do Museu da Emigração

A inauguração efectua-se em 1892, com a ausência em Lisboa do seu financiando, tendo a Câmara deliberado mandar agradecer por telegrama ao Comendador a obra que promovera.

O Jardim Passeio Público é, ainda hoje, um lugar de eleição para os fafenses e constitui um símbolo do romantismo português. Este espaço apresenta características idênticas aos que se encontram na sua de Rui Barbosa e no Palácio que hoje é Museu da República no Rio de Janeiro: o lago curvilíneo, as pontes e guardas naturalista e os gradeamentos, dando ao espaço protecção e isolando-o do espaço exterior.

Já em Fafe, o Comendador esteve profundamente ligado aos mais significativos empreendimentos na velha vila, marcando profundamente a estrutura urbana e a sua paisagem, como figura influente da paisagem social e cultural, financiando com a compra de acções do Grupo Dramático local.

No Porto o Comendador, tal como outros Brasileiros instalam-se no Grande Hotel, tendo sido através deles que as iniciativas da modernidade se implantam em Portugal, nomeadamente o Caminho-de-ferro, as indústrias, a iluminação pública, instituindo um novo modo de vivência pública como frequentadores de Cafés, Teatros e como filantropos, promovendo a construção de Hospitais, os Asilos, construção de Escolas, e promovendo e criação de Misericórdias, como entidades gestoras dos seus donativos.

O comendador faleceu na sua casa da Rua 5 de Outubro e foi sepultado no cemitério de Fafe em 6-3-1908.

2. O COMENDADOR NAS INICIATIVAS DA COMUNIDADE DO RIO DE JANEIRO



2.1. Comendador Albino de Oliveira Guimarães na Comissão de fundadores beneméritos, do Rio de Janeiro, para edificar um hospital em Fafe

No dia 8 de Abril de 1858, na cidade do Rio de Janeiro, um grupo de emigrantes naturais de Fafe reunira, como doadores beneméritos para edificar um Hospital de Caridade na Vila de Fafe, tendo decidido por eleição, nomear para a comissão que representasse os referidos doadores, os

senhores: António Gonçalves Guimarães, Fortunato de Freitas Castro, Bernardo Ribeiro de Freitas, Albino de Oliveira Guimarães, José António Vieira de Castro, Luís António Rebelo de Castro.

O primeiro como Presidente, o segundo como Vice-Presidente, o terceiro como Primeiro secretário, o quarto como Segundo Secretário, o quinto como Tesoureiro e o sexto como Procurador.

Os quais se encarregaram de gerir a importância angariada por subscrição, para dar início à edificação sob as condições seguintes.

À comissão competia nomear em Fafe uma outra composta também de quatro membros, pessoas de reconhecida capacidade que se encarregasse da referida edificação conforme o desenho que lhe remeteram e marcando as instruções.

A comissão que foi nomeada deveria pedir aos respectivos governos licença para a edificação do hospital, bem como incorporaria uma Irmandade que seguisse o Hospital, quando se achasse pronta para funcionar o qual deveria ser entregue por inventário.

A comissão fiscalizadora que será tesoureira teria de recolher os donativos numa conta bancária, em conta corrente especial, toda a quantia que foi entregue e da qual poderá passar recibo assinado e que toda a soma de dinheiro deveria para aplicada na edificação ou património.

No caso de morte de qualquer dos membros da comissão, esse deveria ser substituído por aquele que fosse eleito no grupo dos doadores.

Finalmente o tesoureiro daria conta mensal ao Presidente do estado da caixa.⁴

Uma das condições de execução da acta fundadora do hospital de Fafe determinou que a mesma nomeasse, em Fafe, outra comissão que tinha de proceder à edificação do Hospital os senhores: Doutor Florêncio Ribeiro da Silva, António José Leite Lage, José Florêncio Soares, Miguel António Monteiro de Campos. O primeiro como presidente, o segundo como Vice - Presidente, o terceiro como secretário e o quarto como tesoureiro, os quais ficavam representantes, na referida edificação, os signatários da subscrição angariadores na cidade do rio de Janeiro, cujos nomes serão registados pelo respectivo secretário para quando concluída aquela parte do hospital nela colocada a lista de todos em lugar para isso destinado.

A parte a edificar seria, em primeiro lugar, a frente geral da edificação, segundo o risco em poder do Sr. José Florêncio Soares e cuja edificação irá tendo lugar segundo a esmolas que se fossem obtidas.

A comissão, declara julgar dignos os respectivos senhores, confirmam-lhes plenos poderes para a indicada edificação segundo as condições da 1.^a acta.⁵

2.2.O Comendador Albino de Oliveira Guimarães na comissão de recepção a José Cardoso Vieira de Castro, no Rio de Janeiro

Camilo Castelo Branco ao transformar José Cardoso em personagem das suas obras e inspiração para muitas outras, fez dele uma figura incontornável na história e na cultura da segunda metade do século XIX.

⁴ Fonte: Acta n.º 1, Rio de Janeiro, 8 de Abril de 1858" [Comissão fundação do Hospital de São José de Fafe] (Arquivo privado)

⁵ Fonte: Acta n.º 2 da fundação do Hospital de São José de Fafe (Arquivo de família)

Esta notoriedade amplia-se, também, pelo carácter trágico do destino da sua vida - José Cardoso morre com 36 anos, em África, depois de ter sido condenado ao degredo.

Na escrita de Camilo, surge a referência a seu pai Luís Lopes Vieira de Castro e aos tios "António Manuel e José Vieira", dizendo que "foram, em verdes anos, três denodados jogadores de pau".

O seu pai, Luís Lopes Vieira de Castro nasceu a 11 de Novembro de 1800, na Casa do Ermo, em São Vicente de Passos, concelho de Fafe e faleceu a 30 de Setembro 1844. Foi sepultado na Lapa, cidade do Porto. Foi casado com Emília Angélica Cardoso, nascida por volta de 1815 em São Salvador de Moreira da Maia e falecida em 28 Maio 1882. Magistrado da Relação do Porto, havia sido Juiz de Fora em Angra do Heroísmo. Sobre o desembargador Luís Lopes, Camilo diz: "*que tão a primor de lustre e honra exercitou na judicatura da Relação do Porto, e em Angra do Heroísmo, onde estivera de juiz de fora, quando emigrado.*" Era proprietário da Quinta do Mosteiro, em Moreira da Maia, que pertencera a uma ordem religiosa, até à extinção desta. O Casal teve quatro filhos: Luiz Lopes Vieira de Castro (n.1834); Emília Adelaide Vieira de Castro (freira), José Cardoso Vieira de Castro nascido em 2.01.1836 e falecido em 1872 que foi casado com Claudina Adelaide Guimarães (nascida em 1852; casada em 1867) e António Manuel Lopes Vieira de Castro nasceu a 12.09.1839

Aos 15 anos de idade, José Cardoso Vieira de Castro, matriculou-se na faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e, durante o ano de 1852, vivendo no Porto, conhece Camilo e tornando-se amigos.

Em 1857, José Cardoso Vieira de Castro aparece a insurgir-se violentamente em defesa de Barjona de Freitas como candidato preterido num concurso interno. Esta atitude teve como consequência a sua expulsão da Universidade, sendo, contudo, dois anos depois, readmitido e o erro de exclusão de Barjona reparado. Porém esta atitude torna-o numa figura nacional de que os jornais vão dar notícias e, das quais vai procurar retirar em ganhos políticos.

Nesse tempo Camilo visita Fafe e a Casa do Ermo, fazendo amizades que mantém, posteriormente, com as figuras mais importantes da terra, nomeadamente com o Comendador Albino de Oliveira Guimarães e outros a que se refere nas suas obras.

Em 1859 José Cardoso Vieira de Castro regressa a Coimbra onde frequenta o 5.º ano de Direito, sendo riscado (1860) *perpetuamente*, «por ter insultado o chefe dos archeiros».

Em 1860, as vidas de Camilo e José Cardoso criam vínculos de particular amizade, quando o escritor se refugia na Casa do Ermo em Fafe, por se encontrar perseguido. A razão desta fuga prendeu-se com a prática de adultério com Ana Plácido, casada com o "Brasileiro" Pinheiro Alves e que recorda em «*Memórias do Cárcere*» – "*Fui de Santo António das Taipas para as cercanias de Fafe, quinta do Ermo, onde me esperava com os braços abertos e o coração no sorriso, José Cardoso Vieira de Castro. Falseei a verdade. Vieira de Castro esperava-me a dormir, naquela madrugada dele, que era meio-dia no meu relógio.*"⁶

Vieira de Castro, entre 1862 e 1863, é Vice-Presidente da Câmara de Fafe, liderada pelo Conselheiro Joaquim Ferreira de Melo, regressando, neste último ano, a Coimbra para concluir o Curso de Direito, após lhe ter sido levantado o castigo pelo Governo.

⁶ Castelo-Branco, Camilo, *Memórias o Cárcere*,

Nos conflitos académicos que se sucederam, lutou pela demissão do reitor ditatorial Basílio Alberto e solidarizou-se com os colegas, por «*prepotências da corporação militar*», incitando-os a abandonar Coimbra e a concentrarem-se no Porto (1864).

Em 1865 é eleito deputado pelo círculo de Fafe, pela oposição democrática, confirmando as qualidades de orador que já se tinham mostrado nas lutas académicas e cívicas e que vão ser confirmadas no Parlamento.

Em 1866, é agraciado com a comenda de Carlos III, de Espanha e admitido como sócio na Academia Real das Ciências de Lisboa

Na viagem que faz ao Brasil, onde tem parentes ricos e influentes, constituindo uma comunidade numerosa, é recebido com uma Carta pública de felicitação, tendo como destinatário «o eloquente deputado o sr. Vieira de Castro pelos cavalheiros portugueses naturais de Fafe e residentes no Rio de Janeiro.»

«Rio de Janeiro, de 23 de Junho de 1865

“Ilustríssimo e ex.mo sr. José Cardoso Vieira de Castro

Nós que aspiramos o primeiro hálito de vida no mesmo torrão que honraste nascer; nós tão longe desses sempre vivos vales do Minho, que nos foram berço e são saudades, d’aquém mar saudamos o conterrâneo exímio que, como astro vivificador do universo, derrama pelo órgão onnipotente de seu verbo a terra da pátria tal luz e esplendor, que ainda aquece e alumia aqueles que um destino pouco amigo arremessou a terras remotas e estrangeiras.

[...] A vós, pois, a quem Deus fadou para tão altos feitos, nós, conterrâneos exilados, enviamos este fraco testemunho da nossa admiração e agradecimento pelo ardor com que vos empenhais em melhorar os destinos da pátria, e glorificar o nosso berço.”

Albino de Oliveira Guimarães, José António Vieira de Castro, José Antero da Silva Braga, Albino Mendes de Oliveira, Augusto Leite de Castro, Fortunato José de Sousa, Custódio José da costa Guimarães, José Gomes de Oliveira Guimarães, João Pinto Ferreira Subtil, António Gonçalves Guimarães, Bernardino Ribeiro de Freitas, António Joaquim Pereira de Carvalho, António Gomes da Cunha Sobrinho, José Vieira da Costa e Silva, António Luís de Oliveira, António José Ferreira de Sousa Guimarães, José Maria Monteiro de Campos, Agostinho Gonçalves Guimarães, António Gomes de Castro, Manuel Moreira Fonseca.⁷

José Cardoso responde em carta publicada em 20 de Julho de 1865, dirigida ao Comendador Albino de Oliveira Guimarães, agradece as referências elogiosas que lhe são feitas pela comunidade de fafenses e que o iriam receber

Embarca neste mesmo ano para o Brasil, fazendo-se acompanhar de uma edição de 10000 exemplares dos seus *discursos parlamentares*, publicados nesse ano.

Ao chegar ao Brasil, instala-se na Chácara de primo e Comendador José António Vieira de Castro, um dos signatários da carta pública de recepção, sendo recebido com honras invulgares, inclusive pelo imperador, que o condecorou com o grau de cavaleiro da Ordem da Rosa.

⁷ cf. Gazeta de Portugal, 25-07-1865, Lisboa

Aí priva com os intelectuais Brasileiros, nomeadamente com Machado de Assis. O entusiasmo era tão generalizado e de tal ordem que os comerciantes portugueses do Rio de Janeiro lhe ofereceram uma coroa de ouro, «*avaliada em quatro contos de réis*», sendo feito Presidente Honorário do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro.

É neste quadro de euforia de recepções, palestras e conferências que José Cardoso acaba por oferecer, a título beneficente, 1000 "*Discursos Parlamentares*" à Real Sociedade de Beneficência da Baía, os quais foram remetidos pelo seu amigo fafense no Rio, comendador Albino de Oliveira Guimarães que custeou o despacho no valor de quarenta mil réis."

O Gabinete Português de Leitura do Rio recebeu a oferta do manuscrito do discurso sobre *Caridade*, feito por José Cardoso, no Teatro Lírico. Este ofereceu ainda 1 000 exemplares dos "*Discursos Parlamentares*" a esta Instituição, e 6 000 exemplares dos *Discursos* ao Hospital Português do Rio de Janeiro e à Caixa de Socorros de D. Pedro V.

A viagem atinge o seu esplendor no momento em que José Cardoso fica noivo e, em 28-2-1867, casa no Rio de Janeiro, com Claudina Adelaide Gonçalves Guimarães, que tem apenas 15 anos e é filha do comendador António Gonçalves Guimarães, natural de Fafe, homem riquíssimo, director do Banco do Brasil do Banco Rural e Hipotecário, residente em 1862, na cidade de Lisboa, instalado no Hotel Itália. Estas notícias chegam a Portugal, através da imprensa do Brasil em 1867, onde se refere que o Sr. Guimarães é o "*principal capitalista da colónia portuguesa fafense, toda aliás muito notável pelos membros de que aqui se compõe*".

Segundo o Almanak Laemmert de 1867, António Gonçalves Guimarães era proprietário da firma António Gonçalves Guimarães & C., situada na rua do Sabão 26 e 82, estabelecida no número 26, com uma loja que cobria os ramos de comércio de papel, livros em branco e objectos de escritório e fantasia; de livros impressos e em branco, encadernação e que tinha autorização para venda de papel selado; no numero 82 funcionava a tipografia Episcopal.

A tipografia pertencera, de 1848 até 1957, a Agostinho de Freitas Guimarães. Em 1871, a rua do Sabão passaria a se chamar General Câmara, quando a tipografia ganharia novo numero, 22, e passaria a ter como titular Agostinho Gonçalves Guimarães & C., sendo transferida, em 1887, para a J. Guimarães & C. António Gonçalves Guimarães pertencia à directoria do Banco Rural e Hipotecário, situado na Rua da Quitanda 121, e presidido pelo Visconde Estrela, era Escrivão da Irmandade do SS Sacramento da Freguesia da Candelária, cujo provedor era Guilherme Pinto de Magalhães e ao Conselho Deliberativo do Gabinete Português de Leitura, presidido por José Pereira Soares.

Notícias da Imprensa brasileira anunciaram que seriam padrinhos do casamento o Ministro das Obras Públicas do Império do Brasil e sua esposa.

O Comendador sentia-se orgulhoso por a filha se casar com um seu patrício. O casamento é anunciado na imprensa Portuguesa e publicitado que os noivos partiram para uma dilatada viagem de núpcias que se iniciou na Baía, seguindo os noivos pelos Estados Unidos da América, Inglaterra, França, Suíça, Itália e finalmente Portugal.

Chegados a Portugal, instalam-se em Moreira da Maia, Porto. Porém o provincianismo do Porto cansa a Claudina, acabando-se por se instalar em Lisboa, na Rua das Flores, onde recebiam os amigos: Ramalho Ortigão, António Rodrigues Sampaio e, entre outros, José Maria de Almeida Garrett.

Em 1867, foi distinguido pelo Rei D. Pedro II com o hábito de Cavaleiro da Ordem da Rosa e, em 1868, prepara a sua reentrada na vida política, candidatando-se a deputado por Lisboa ou pelo Porto, projectando o lançamento de um jornal, para competir com o Diário de Notícias, com a cooperação de Camilo Castelo Branco, Manuel Roussado e Miguel Bulhões, o que acaba por não se concretizar.

Em 25/07/1869 fez no Porto o famoso «*Discurso sobre os testamenteiros de Ferreira*», indivíduos que tentavam desvirtuar os fins beneficentes do dinheiro deixado pelo Conde Ferreira.

No dia 7 de Maio de 1870, a tragédia aproxima-se, quando, julgando confirmadas as suas suspeitas de infidelidade da sua esposa, com o sobrinho de Almeida Garret, acaba por assassinar a sua jovem esposa, quando esta dormia, usando para isso, uma almofada com clorofórmio.

No dia seguinte entregou-se às autoridades, confessando o crime. Em 1871, é julgado, partindo para Angola, a fim de cumprir a pena de 10 anos de degredo, vindo a falecer nos arredores de Luanda em 5 de Outubro de 1872, com apenas 36 anos de idade.

3. O MUSEU DA EMIGRAÇÃO: COMUNIDADES E LUSO-DESCENTES

Este museu, partindo da memória material incorpora a dimensão simbólica e comunicacional, sendo, por isso, um projecto organizado para ser entendido como plataforma informativa e de dinamização de actividades de pesquisa e divulgação organizado nas seguintes vertentes: Salas temáticas, Arquivo, Casa Museu, Núcleos museológicos e Sítios Históricos, tendo em conta o Município de origem e a estrutura de serviços.

O *Webmuseum*, como espaço comunicacional, funciona por Salas Temáticas e desenvolve-se em seis categorias de sentido.

Na Sala da Memória dá-se visibilidade às expressões materiais e simbólicas da emigração nos lugares de destino e de retorno, na arquitectura, no trânsito das ideias, no desenvolvimento de iniciativas económicas, sociais e culturais expressas no espaço público urbano e rural e da filantropia, bem como as influências nos comportamentos na vida privada; a Sala da Diáspora constitui-se como uma base de dados, organizada por eixos geográficos: Europa, América do Norte, África, Ásia, Oceânia, Brasil e outros países da América do Sul, no sentido da identificação por via dos registos de passaportes; a Sala da Ascendência procura construir ou aceder a genealogias da base de dados, elaborada através do Método de Reconstituição de Paróquias, seguindo o Método de Norberta Amorim, bem como completar a organização das genealogias, através de outras fontes documentais e de informações das famílias, bem como os aspectos da “história de vida” de cada um dos seus elementos; a Sala das Comunidades tem como finalidade divulgar as associações de pessoas emigradas no Brasil, Europa, América do Norte, África, outros países da América do Sul, Ásia, permitindo o conhecimento da sua história, a divulgação das suas actividades e a manutenção de laços com os territórios de origem; a Sala Lusofonia divulga a vida e a obra de figuras associadas à construção do território da Lusofonia, evidenciando as expressões culturais mais significativas do tempo da apropriação dos territórios coloniais e daquele em que o Rio de Janeiro foi capital do Reino; a Sala do Conhecimento disponibiliza-se para de divulgação de trabalhos científicos nos diferentes domínios do conhecimento da colonização e da emigração, nas suas múltiplas

abordagens temáticas e perspectivas, procurando ainda dar visibilidade aos documentos, aos autores e às instituições científicas.

O conteúdo inscrito em cada uma destas categorias determina a organização estrutural informatizada do projecto, a qual deu sentido à sua automatização.

A Casa Museu, como museu Histórico, é um Centro de Interpretação, constituindo-se como uma das referências do Museu da Emigração estruturado em salas de reconstituição da origem, viagem, vivência migratória. Nele se expõem os objectos pessoais, reconstituindo ambientes ligados ao quotidiano da família, dando nota do processo migratório e de mobilidade social.

A localização procura valorizar o edifício, tendo em conta a localização espacial, as suas características arquitectónicas, a decoração do interior e respectivo mobiliário, bem como a história da Família do Brasileiro, em contextos público e privado. Na figura do emigrante sintetizam-se as expressões mais significativas da cultura portuguesa do século XIX e primeira metade do século XX.

Não se trata, portanto, de reinventar o passado, mas apenas o desejo de lhe instituir as leituras possíveis num quadro de perspectivas abertas, tendo em conta a diversidade dos visitantes como destinatários.

Os Núcleos Museológicos e Sítios Históricos decorrem, fundamentalmente, da Sala da Memória e constituem espaços temáticos físicos, organizando um museu polinucleado, desenhado para a valorização do espólio e memória que lhes está associada. Nestes lugares e sítios encontrar-se-ão os acervos documentais e museológicos de cada um dos núcleos espalhados pelo país, dando ao contexto de origem a compreensão dos factores de emigração, bem como da visibilidade do retorno local.

No caso já estudado de Fafe, os núcleos mostram as expressões materiais e simbólicas do ciclo de Emigração e Retorno do Brasil, as quais se constituem como referentes para a construção dos núcleos museológicos: Hidroeléctrico, Filantropia, Industrial, Passeio Público, Casa do Brasileiro, Instrução, artes, imprensa, Caminho-de-Ferro, Automóvel.

Os espaços, objectos e territórios simbólicos de carácter local situado em Portugal são o testemunho objectivo do que, em sentido mais amplo, se designa por Retorno na Cultura e na Economia Portuguesa e corporiza o que foram os elos de ligação e da relação existente entre duas margens dos territórios da emigração.

Outros núcleos podem vir a incluir este projecto de carácter internacional da cultura lusófona, ligado em WEB.

O Arquivo Histórico, no sentido da descoberta dos indivíduos e dos quotidianos, procura recuperar documentos e objectos usados pelos emigrantes e descendentes, solicitando a doação ou depósito à guarda do museu, contribuindo, deste modo, para a investigação e estimulando a preservação e estudo da história da emigração e do emigrante.

Constituem documentos com função ilustrativa e descritiva - cartas, diários, fotografias, objectos pessoais e mesmo a reconstituição de ambientes ligados ao processo migratório - tendo especial importância todas as categorias de documentos sistematicamente recolhidos e arquivados, na medida em que fornecem pistas, tanto para a localização de referências individuais como alimento para a pesquisas científicas suficientemente fundamentadas: - os manifestos de embarque dos navios de passageiros; registos de passaportes concedidos, de saídas efectuadas e de entradas

num outro país; as autorizações de residência ou de trabalho aí atribuídas; as contratações colectivas de mão de obra estrangeira; enfim, todos os censos; listas ou simples contagens que se refiram a populações imigradas são elementos preciosos num museu de migrações.⁸

Na selecção dos objectos teremos em conta o seu valor histórico/documental, os quais deverão cumprir os seguintes critérios: originalidade, autenticidade, singularidade e estado de conservação.

Após a doação, os objectos de qualquer natureza passam a ser propriedade intransferível e inalienável e conseqüentemente, não cabe, ao antigo proprietário, requerer ou solicitar responsabilidade ou vantagem sobre os materiais doados.

No caso de cedência temporária ou depósito à guarda do museu, cabe a esta entidade zelar pela sua conservação, garantindo a devolução definitiva ou temporária aos legítimos donos no prazo e condições protocoladas.

Os Serviços são geridos na plataforma virtual, na qual se perspectiva uma abordagem de carácter nacional do fenómeno da Emigração e nos serviços culturais e educativos dos núcleos.

Estes são um dos alicerces do museu, por animarem as suas actividades e estarem associadas aos conteúdos das Salas Temáticas.

Os principais serviços são: planeamento, execução e divulgação das actividades; apoio à descoberta de ascendência; informação sobre os territórios de origem; intercâmbios, contactos e realização de actividades de divulgação; ligação aos centros de conhecimento; recolha e organização documental, trabalhos científicos e bibliografia; organização de exposições temporárias e de natureza cultural e educativa, encontros e reuniões científicas, culturais e sociais.

Finalmente, o Centro de Investigação deste Museu, sendo constituído pelos pesquisadores que centram os seus estudos na área das migrações, constitui o eixo organizador da produção científica e a grande finalidade do projecto, ao mesmo tempo que é o lugar privilegiado para a sua divulgação.

FONTES

Documentos de Arquivo de família à guarda do Museu da Emigração
Acta n.º 1 e 2, Rio de Janeiro, 8 de Abril de 1858" [Comissão fundação do Hospital de São José de Fafe]
(Arquivo privado)
Castelo-Branco, Camilo, *Memórias o Cárcere*
Gazeta de Portugal, 25-07-1865, Lisboa

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

Rocha-Trindade, Maria Beatriz, "Musealizar as Migrações", *História*, n.º 42, Fevereiro, 2002, Ano, XXIV (III Série)

⁸ Rocha-Trindade, Maria Beatriz, "Musealizar as Migrações", *História*, n.º 42, Fevereiro, 2002, Ano, XXIV (III Série)